

CULTURA CORPORAL BRASILEIRA: AS SIMILITUDES COM A CULTURA CORPORAL EUROPÉIA¹

Daniella Rocco da Silva²

Co-autores: Prof. Ms. Edson Marcelo Húngaro
e Prof. Dr. José Luis Solazzi³

Introdução

O presente estudo é parte de uma pesquisa mais ampla que vimos desenvolvendo junto ao Observatório de Políticas Sociais do Grande ABC. Na referida pesquisa, pretendemos analisar a concepção de corpo subjacente nos programas desenvolvidos pelas prefeituras da região. Para isso, tivemos que empreender um estudo sobre as raízes da Educação Física e que tipo de relação com o corpo esta, historicamente, estabeleceu.

¹Trabalho apresentado para a sessão temática 14. Desporto, lazer e expressões culturais do VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais: “a questão social no novo milênio”, Coimbra, 2004.

²Acadêmica do curso de Educação Física da Universidade Municipal de São Caetano do Sul/ IMES e pesquisadora, em Iniciação Científica, do Observatório de Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC. O Observatório é fruto de uma parceria estabelecida entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – SNDEL – do Ministério do Esporte – MESP – do Governo brasileiro.

³Professores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e coordenadores do Observatório de Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Grande ABC.

Endereço para correspondência com a autora: dani_rocco@hotmail.com.br

Como a Educação Física tem suas raízes no processo de consolidação do capitalismo europeu, tivemos que fazer o resgate deste processo fim de entender que concepção de corpo foi sendo construída.

Percebemos, nesse empreendimento, que o processo de imposição da Educação Física ao conjunto da sociedade, motivado pelos interesses do capitalismo, deu-se de maneira similar na Europa e no Brasil. Ambos carregam uma série de similitudes, mas as manifestações fenomênicas mais latente dessas similitudes, circunscrevem-se às influências do positivismo e de seus desdobramentos (higienismo, eugenia e naturalização dos fenômenos sociais) nas bases da Educação Física européia e brasileira.

Como a Educação Física tem por especificidade o trato com a cultura corporal, foi interessante observar como, tanto na Europa quanto no Brasil – tal especificidade vai estar profundamente marcada pelos fundamentos positivistas.

Temos, então, neste estudo, os resultados desta primeira parte de nossa pesquisa. Nele iniciamos com uma primeira aproximação ao tema da Cultura Corporal e, como este remete aos determinantes sociais, o texto na seqüência aborda tais determinantes – o capitalismo -; feito isso abordamos a principal força ideológica do capitalismo, o pensamento positivista e seus desdobramentos para a compreensão de corpo. Com este quadro, tratamos da Educação Física em suas expressões européia e brasileira e, nesse trato, procuramos tornar claras as similitudes entre elas.

Cultura corporal: uma primeira aproximação ao tema

Toda e qualquer interpretação sobre o corpo tem que levar em consideração as relações entre esse e a sociedade. O indivíduo (que é um corpo!) só se percebe enquanto tal na sua relação com a sociedade, ou, dito de outra forma, o indivíduo é, antes de tudo, um ser social. Porém, ele não é apenas aquilo que a sociedade fez dele, pois é, também, construtor da sociedade em que vive. Em outras palavras, indivíduo (corpo) e sociedade formam uma unidade indivisível e mutuamente determinada.

Maria Augusta Gonçalves, tratando deste tema, demonstrou que a forma do homem lidar com os regulamentos e o controle do seu comportamento corporal, são decorrentes de uma construção social, resultante de um processo histórico. O homem vive em um determinado contexto social na qual interage de forma dinâmica, pois ao mesmo tempo, em que atua na realidade, modificando-a, esta atua sobre ele, influenciando e até direcionando suas formas de pensar, de sentir e agir. Assim, as formas do homem comportar-se corporalmente estão ligadas a condicionamentos sociais e culturais. Cada corpo expressa a história acumulada de uma sociedade que nele marca seus valores, suas leis, suas crenças e seus sentimentos. Gonçalves (1994)

Num enfoque vinculado a Antropologia, Jocimar Daolio chama-nos a atenção para os determinantes culturais que atuam no corpo. Para ele, a sociedade se expressa por meio de corpos, sendo cada homem, portador de especificidades culturais no seu próprio corpo.

Cada sociedade elege um certo número de atributos que configuram o que e como o homem deve ser, tanto do ponto de vista intelectual ou moral quanto do ponto de vista físico.

No corpo estão inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca. Através de seu corpo, o homem vai assimilando e se apropriando de valores, normas e costumes sociais, num processo de “incorporação”. O indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões. Pode-se afirmar, portanto, que o corpo humano não é um dado puramente biológico sobre o qual a cultura impinge especificidades. O corpo é fruto da interação natureza/cultura, já que – não podemos esquecer – é, também, natureza. (Cf. Daolio, 1994)

Se o corpo esta em relação à sociedade e à sua história, torna-se uma obviedade que a cada momento histórico tenhamos uma compreensão distinta do corpo e seus significados. Analisando as transformações da corporalidades ocorridas em decorrência das transformações da sociedade, Gonçalves afirma que nas sociedades estruturalmente mais simples o homem tinha no corpo, fundamentalmente, um instrumento para a sua sobrevivência, pois dependia diretamente da acuidade de seus sentidos, da agilidade de seus movimentos e da rapidez de suas reações corporais. A vida cotidiana do homem primitivo, sua atividade e suas condições de trabalho, geraram uma relação com a natureza diferente da do homem ocidental.

Seguindo em sua análise, a autora, argumenta que, durante a Idade Média, as ações do homem estavam diretamente ligadas ao seu corpo, dando à este uma centralidade diante os acontecimentos. Nessa época, as pessoas se submetiam às ordens dadas garantindo assim, um sistema de relações fundado em um princípio de unidade de trabalho, domínio e prazer.

Com a expansão do sistema capitalista, houve um crescente domínio do homem por sobre a natureza, por intermédio da ciência e da técnica, transformando progressivamente as relações do homem com a sua corporalidade. Se analisarmos nossa vida cotidiana, nos grandes centros urbanos, verificaremos que raras são as vezes que estabelecemos uma relação direta com a natureza, ao contrário, quase sempre nossa relação é com objetos que já possuem em si uma cadeia inumerável de mediações humanas.

Claro que isso se aprofundou em função do tipo de produção estabelecida a partir do capitalismo industrial. Para uma melhor percepção desta afirmação, comparemos nosso tipo vida com a da época medieval. Fruto da natureza agrária da produção, a relação do homem com a natureza era bem distinta da que temos hoje. Boa parte da força da religião se devia, inclusive, a esta relação do homem medieval com a natureza. Tal relação passou a ser posta em questão já no Renascimento, pois, nesse período, o homem descobre o poder da razão para transformar o mundo e produzi-lo conforme suas necessidades. Com o acelerado progresso das ciências, a partir do século XVII, o homem passou a considerar a razão como único instrumento válido de conhecimento e cada vez mais, o corpo, foi sendo interpretado como um instrumento de acumulação, que deve ser controlado e disciplinado.

Fruto da fragmentação das ciências – própria do positivismo -, o corpo passou a ser um objeto submetido ao controle e à manipulação científica. Com a visão positivista, houve uma redução do universo físico à elementos mensuráveis, fechando progressivamente a compreensão do homem ao elemento qualitativo e sensível do mundo natural. Essa nova forma de ver o mundo está imersa em uma situação concreta da história: o surgimento do sistema econômico capitalista. (Gonçalves 1994)

Apenas com o desenvolvimento da teoria social de cariz críticoarx) é que foi possível perceber esta instrumentalização a que o conhecimento e, portanto, o corpo estavam sendo submetidos. João Paulo Medina em seu livro *‘O Brasileiro e seu Corpo’*,

argumenta que Marx conseguiu chegar a uma compreensão do corpo à partir da compreensão das sociedades capitalistas e das relações sociais de trabalho, resgatando o valor do corpo verdadeiramente humano, mesmo que circunscrito à situação de trabalho. À partir das concepções de Karl Marx, percebe-se como há uma visão instrumental de ser humano na base da organização social capitalista, mas que pode ser superada pela própria ação humana, ou seja, os “corpos humanos” (os homens) podem alterar significativamente as suas circunstâncias. Trata-se, aqui, da revolução.

Ora, se o corpo mantém essas relações que vimos com a sociedade, para entendê-lo, devemos compreender a sociedade onde ele é gestado. Sabemos que, para a maior parte do planeta e, mais especificamente, para o Brasil, trata-se do capitalismo. Precisamos, portanto, entender os fundamentos deste tipo de organização social.

O Capitalismo como sistema: sua gênese histórica

De acordo com Dobb (1963), o sistema econômico capitalista surgiu na Europa, especificamente na Inglaterra, entre a segunda metade do século XVI e o início do século XVII, mais precisamente quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável. Mesmo assim, o que se observava, na época, era uma relação bem amadurecida entre capitalistas e assalariados na nascente indústria combinada com uma subordinação, menos desenvolvida, de artesãos domésticos que trabalhavam em seus próprios lares. .

Embora indique o período como o marco da gênese do capitalismo, o autor destaca neste dois pontos que foram decisivos para o seu surgimento: as transformações políticas e sociais ocorridas no século XVII e a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, que se mostrou decisiva para o futuro da economia capitalista. A Revolução Industrial representou uma transição do estágio inicial – de acumulação pré-capitalista – para um estágio em que a acumulação estará ligada ao processo de produção.

A partir daí, o capitalismo apoiou-se na unidade de produção em larga escala e coletiva das fábricas, efetuando um divórcio final do produtor com o que ainda dispunha dos meios de produção, tornando, cada vez mais, o conjunto das relações sociais uma relação “simples” entre capitalistas e assalariados. Uma vez que a acumulação, na fase industrial, se dará no processo de produção, o desenvolvimento do capitalismo estará ligado essencialmente à transformação técnica. Dobb (1963)

Húngaro (1999), fundado nas formulações de Marx, afirma que, entre as principais características do capitalismo, está o novo modo de produzir que ele impõe ao conjunto da sociedade. Generaliza-se o trabalho assalariado e o trabalhador, submetido à alienação, apresenta-se como proprietário de sua força de trabalho a fim de trocá-la por salário com o detentor dos meios de produção – o capitalista. A relação fundamental estabelecida, portanto, é a relação capital/trabalho. O que interessa, ao final, para o capitalista é a mercadoria. O capitalista fornece matéria-prima, instrumentos de produção, compra a força de trabalho do produtor pelas horas de trabalho e detém seu o resultado, que é o produto final, a mercadoria. Para aumentar a produtividade e, portanto, mais-valia (lucro), implanta a divisão pormenorizada de trabalho na linha de produção e o homem, mais do que nunca, passa a ser um apêndice da máquina.

Fruto da maneira de produzir na sociedade, o homem se apresenta nas relações sociais como indivíduo possuidor e, por conta da vida alienada e fragmentada, não se vê como um ser social.

A burguesia, principal proprietária dos meios de produção, tem, portanto, o domínio econômico e político da estrutura social e para o exercício de sua dominação necessita, além da coerção, criar hegemonia.

O Espírito do Capitalismo: a ciência positivista

A fim de construir sua hegemonia, a burguesia cuidou para generalizar uma nova visão de mundo. Para garantir a sua dominação, criou mecanismos ideológicos para fazer com que os dominados consentissem com a sua dominação. A primeira tarefa foi a de fazer as pessoas julgarem que a história havia chegado ao fim, ou seja, que estava impossibilitada uma nova revolução. Assim, as formulações positivistas foram absolutamente adequadas à esta necessidade.

De acordo com as considerações de Costa (1987, p.35), o pensamento científico, de viés positivista, do século XIX ganhou credibilidade na sociedade européia a partir dos efeitos e das conseqüências da Revolução Industrial do século XVIII. Para os homens eram vitoriosas as conquistas do conhecimento humano no sentido de abrir caminho para o controle sobre as leis da natureza, pois as idéias de progresso, racionalismo e vitória do homem sobre a natureza exerceram todo seu encanto sobre a mentalidade da época.

Segundo a autora foi no final do século XIX que os capitalistas resolveram investir nas atividades científicas fazendo surgir a chamada Revolução Científica. Nesse momento, a ciência se funda como um conjunto de idéias que diziam respeito à natureza dos fatos e aos métodos para compreendê-los. Mas se o pensamento racional e científico parecia válido para explicar e controlar a natureza, ele poderia ser utilizado, também, para o entendimento e controle da sociedade, desde que, em seus fundamentos, as relações sociais fossem interpretadas como “naturais”. O positivismo, como se sabe, em seus fundamentos, empreende tal falsificação adequada aos interesses da burguesia: os fenômenos sociais possuem a mesma estrutura dos fenômenos naturais e, portanto, é possível se fazer uso do conhecimento científico sobre a natureza para estudar e controlar a sociedade. Eis o porquê das outras denominações pelas quais o positivismo ficou conhecido: *Física Social ou Biologia Social*.

A sociologia do século XIX, que se desenvolveu quando a racionalidade das ciências naturais passou a substituir a religião na explicação da origem, do desenvolvimento e da finalidade do mundo, passa a naturalizar as relações sociais. Assim, como afirma Costa, julga-se que o mesmo caminho pode ser aplicado tanto para se descobrir a lei da gravitação dos corpos celestes no universo quanto para se entender as relações entre os homens na sociedade. Serão, estas últimas, tratadas como leis naturais que existiriam independentemente do credo, da opinião e do julgamento humano.

O positivismo foi, também, o pensamento que glorificou a sociedade européia do século XIX em franca expansão. Seu entusiasmo com o desenvolvimento do capitalismo europeu era tamanho que acabou por justificar, através de um método científico adequado, os padrões burgueses e industriais de organização social e sua dominação em relação aos outros continentes colonizados. Defendia a resolução dos conflitos sociais por meio da exaltação à coesão, à harmonia natural entre os indivíduos.

De acordo com Soares (2001, p. 6), o pensamento social da época foi o responsável pela naturalização dos fatos sociais. A ciência positivista encarregou-se de reconstruir a sociedade a partir da biologização do homem e de tudo que o cercava.

Estruturou-se subordinando o social ao orgânico e a filosofia social à filosofia natural. Através das disciplinas sociais, preocupou-se com o perfil do novo homem necessário ao capital.

A abordagem positivista de ciência produziu um conjunto de teorias que justificaram as desigualdades sociais como sendo o resultado das desigualdades biológicas ou naturais. Abstraiu o elemento histórico-social na determinação do ser, restando assim, um sujeito determinado pelas leis biológicas e adotou o modelo mecanicista de conhecimento. Para o positivismo, o indivíduo possui uma natureza individualista, aparece isolado e alheio à sua ação.

Michael Lowy (1996, pg. 35), analisando o positivismo, afirmou que este concebe a sociedade como sendo regulada por leis naturais: invariáveis e independentes da vontade e da ação humana – tais como a lei da gravidade ou a do movimento da terra em torno do sistema solar. A partir disso, conclui-se que da mesma maneira que as ciências da natureza são ciências objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais, ou outras, as ciências sociais devem funcionar exatamente segundo esse modelo de objetividade científica.

Segundo o autor, a concepção positivista afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desvinculada das classes sociais, com as questões políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Se ela, em sua origem, possuía um caráter revolucionário – já que se contrapôs a Igreja e ao Estado monárquico (vejam, por exemplo, as formulações de Condorcet e Saint-Simon) – uma vez superada a ordem feudal ela passa a ser conservadora (tal qual a burguesia) e o novo método positivista deve consagrar teórica e praticamente à defesa da ordem real. A partir dessa idéia, Comte formulou uma concepção de ciência natural chamada física social na qual estudou os fenômenos sociais considerando-os no mesmo espírito dos fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Isto significa que os fenômenos sociais (tais como a distribuição das riquezas e do poder econômico) são submetidos a leis naturais invariáveis. Uma tarefa importante para a sociologia, então, seria a de explicar aos proletários essas leis invariáveis porque são eles que precisam ser convencidos desse caráter natural da concentração de riquezas nas mãos dos capitalistas. Para ele, os males políticos como o desemprego e a fome, por exemplo, são resultantes de leis naturais e, assim, são inevitáveis e independentes de qualquer vontade social.

A hegemonia buscada pela burguesia terá na visão positivista de mundo uma importante aliada. Na verdade, tal visão de mundo será necessária na medida em que a *nova* sociedade vinha cada vez mais, contraditoriamente ao que havia prometido (liberdade, igualdade e fraternidade), aprofundando as desigualdades. Os grandes triunfos da indústria vieram acompanhados de uma degradação social jamais vista e vivida por civilizações anteriores. Por um lado, havia o crescimento das fábricas, e por outro, a deterioração do espaço humano. Com certeza, foi nas primeiras décadas do século XIX que a economia européia encontrou-se em plena expansão, mas o *progresso*, para a maioria da população, advindo dos benefícios da indústria crescente, nada mais era do que a miséria, a degradação da vida, a descaracterização do que ainda restava de humano na sociedade.

Como resolver o problema de uma possível crise de hegemonia em virtude das desigualdades sociais? Negando que as desigualdades eram criações humanas, fruto de um regime político despótico, mas que eram um fruto da própria natureza dos indivíduos, pois estes eram biologicamente desiguais.

Ao longo do século XIX as leis biológicas subordinam as leis sociohistóricas. A ideologia das aptidões naturais permeiam os estudos científicos e as práticas sociais deles decorrentes. As leis biológicas aprisionam o homem ao seu organismo, percebem as suas necessidades apenas como necessidades orgânicas e biológicas, esquecendo-se de que, embora algumas necessidades sejam desta ordem, elas são satisfeitas socialmente. (Soares, 2001, pg. 15,16.)

As teorias positivistas, a questão corporal e o higienismo

As teorias positivistas constituíram-se como objetos de poder da burguesia. Confirmam, ideologicamente, a superioridade de uns sobre os outros como sendo natural e hereditária. Demonstram dados biológicos isolados da vida em sociedade acentuando o esforço pessoal, o valor individual de cada um. Afirmam que os mais aptos vencem, portanto, competem. Competição e concorrência, grandes eixos do capitalismo, serão entendidos como naturais e não como produto de um processo histórico de desenvolvimento da sociedade.

A questão da competição estará relacionada com a depuração da raça, e assim, com o melhoramento da sua aptidão dentro do mercado. Diante da seleção natural, os mais aptos irão melhorar a raça e, portanto, a sua condição social.

Na esteira do positivismo, teorias científicas que confirmassem e comprovassem a idéia do melhoramento e da depuração da raça foram sendo desenvolvidas. De acordo com Soares (2001), a eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico propondo-se a uma intervenção científica da sociedade. A eugenia permitiu a utilização do argumento da raça para justificar toda a exploração de classe. Traduziu, de forma explícita, as preocupações de uma determinada classe em manter a sua hegemonia.

As teorias raciais, particularmente a eugenia, foram poderosos instrumentos nas mãos da burguesia para justificar seu domínio de classe, para auto-intitular-se a única classe capaz de manter a ordem e de viabilizar, a partir dela, o progresso. *“A superioridade racial da classe dominante era apontada por esta ciência que aprisionava o homem dentro de um fatalismo hereditário”.* (Soares, 2001, p. 19)

Através dessa ciência eugênica, estabeleceu-se uma determinação biológica, na qual se delimitou os horizontes de classe, as funções de classe e os papéis sociais, garantindo, desse modo, a continuidade harmoniosa da ordem social vigente. *“Se o homem é um ser biológico e todas as suas ações se explicam a partir de causas biológicas, como postulam as teorias científicas do século XIX, ganharão espaço na sociedade profissionais que dominem o conhecimento sobre o biológico”.* (Soares, 2001, pg. 19)

Tendo em vista que o homem passa agora a ser entendido e explicado dentro da sociedade através de uma ciência que possui como propriedade os fatos naturais, hereditários e fisiológicos, podemos então dizer que o indivíduo foi reduzido e simplificado apenas à seu corpo biológico, pois é assim que ele começa a ser visto no campo social burguês. Seu corpo ganha uma importância exagerada e servirá de instrumento para o controle das populações urbanas. De acordo com os apontamentos de Soares, o corpo dos indivíduos, se transformará em objeto mensurável com características próprias da abordagem positivista de ciência. O corpo individual como unidade produtiva, máquina menor de engrenagem da indústria capitalista, passa então a ser uma mercadoria; será um

objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser controlado para ser útil ao capital. A respeito disso, Foucault (1985) afirma que:

“o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma sociedade biopolítica”. (Apud Soares, 2001, p. 20)

Na esteira dessa *valorização do corpo*, a Europa, no século XIX, irá desenvolver determinadas políticas de saúde. Particularmente a medicina ganhou um poder absoluto e aprimorou formas para influir de maneira coercitiva e representativa na sociedade, formas essas fundamentais para a manutenção da nova ordem. Entendida como técnica geral de saúde, assume lugar de importância cada vez mais destacado, passando a consagrar uma parte cada vez maior de seu tempo às tarefas fixadas pelo poder.

Essas tarefas irão abranger preocupações acerca da saúde e da doença dos indivíduos, de suas condições de vida, de suas habitações, de seus costumes e hábitos. O médico transforma-se em mecanismo de controle por parte do Estado, que o reconstrói em poder disciplinar e utiliza-o para o controle das grandes massas urbanas. Novamente Foucault descreve que:

“o contraponto que nos interessa analisar é tudo o que ousou fazer em nome da saúde para a manutenção da ordem burguesa e pelo efeito do investimento do corpo pelo poder através de um trabalho metucioso, insistente, obstinado que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio”. (Apud Soares, 2001, pg. 21).

Sociedade, corpo, saúde e medicina servindo ao capital:

“As concepções, os valores e os hábitos que a ciência médica desenvolveu tiveram um papel significativo na construção e na ordenação da racionalidade social, racionalidade esta que nasce colada às exigências de saúde do corpo biológico para a manutenção da saúde do corpo social, ou seja, para a produção e reprodução do capital. A ciência médica constrói diferentes formas de intervenção no corpo social e no corpo biológico, chegando até a conceber o homem para além dos limites dados pela biologia, pela química e pela fisiologia. Mas, como haver saúde sem que se altere o quadro de miséria da sociedade, sem que se altere esta estrutura social que explica o próprio surgimento das doenças?” (Soares, 2001, pg. 23)

Para justificar a miséria, então, o discurso higienista foi fundamental, pois afirmou que toda a degeneração progressiva das classes populares poderia ser explicada pela vida imoral que possuíam os indivíduos. Assim, era necessário garantir-lhes não somente a saúde, mas também uma educação higiênica de bons hábitos morais. O pensamento médico higienista elege a família como lugar privilegiado de intervenção para auxiliar o Estado no processo de reorganização disciplinar da classe trabalhadora.

Nesse quadro, coube ao médico a responsabilidade pela tarefa de ditar à sociedade, através da instituição familiar, os fundamentos próprios ao processo de reorganização daquela célula sociável. Auto-proclamaram-se a mais competente das categorias profissionais para redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da nova ‘família’. Esse excesso do poder do médico fez com que ele se tornasse o grande conselheiro e perito, senão na arte de governar, mas pelo menos na de observar, corrigir,

melhorar e manter o corpo social em permanente estado de saúde. Este discurso higiênico conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Por seu intermédio, os indivíduos aprendiam a cultivar o gosto pela saúde exterminando a desordem higiênica. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformar os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias da classe social. (Cf. Castellani, 1988, p. 42).

Nesse quadro, a mulher ganha papel especial na formação e educação da sociedade. A figura da mulher-mãe aparece como ideal, sendo a peça fundamental no interior das estratégias elaboradas para a domesticação das classes operárias. Sua figura de ‘mulher do lar’, da ‘mãe dedicada’, da ‘salvação do homem’, será o instrumento privilegiado para desencadear o processo racionalizador do operariado. Sendo assim, as altas taxas de mortalidade sempre mais altas no operário, passam a ser de responsabilidade da família e, particularmente, da mulher. O espaço da mulher passa a ser o lar como exigência da produção. O que se cria em torno dela é a função precípua de preservar a capacidade de trabalho das massas urbanas e fazer do trabalhador um indivíduo capaz de veicular valores e internalizar práticas higiênicas moralizadoras.

Desse modo, a classe no poder isentava-se de qualquer responsabilidade, e o agravamento da decadência física e da degradação moral da classe operária passava a ser sempre atribuída a ela mesma. Segundo Lima (1985) serão os médicos higienistas que

“irão pensar e implementar estratégias de bem viver, uma vez que adoecer deixava de ser uma problemática social e passava a ser uma questão de conhecimento de boas práticas de vida, de limpeza, de higiene individual...; em nome da saúde, da ordem e do progresso, o poder médico esquadrenha os espaços de vida dos indivíduos e as suas próprias vidas ao definir normas, regras necessárias para a manutenção da saúde de seus corpos biológicos, assim, cada pessoa é tratada como indivíduo a ser higienizado...; as tecnologias políticas que investirão sobre o corpo, sobre a saúde, sobre as formas de se alimentar e morar, serão traduzidas pelo discurso da boa higiene que irá postular regras de bem viver, as quais uma vez conhecidas, permitirão o alcance da tão almejada saúde...; o pensamento higienista irá criar um universo de modos, atitudes e saberes, que devem ser conhecidos e que são requeridos pela civilização burguesa para a manutenção da ordem”. (Apud Soares 2001, p. 30)

Educação Física européia

Vimos, então, que o discurso das classes no poder será aquele que afirmará a necessidade de garantir às classes mais pobres não somente saúde, mas também uma educação higiênica e a formação de hábitos morais. É este discurso que será incorporado pela Educação Física. A burguesia a perceberá como um de seus instrumentos mais eficazes para promover a assepsia social, e para viabilizar uma educação higiênica e moralizadora dos hábitos.

Segundo Soares (2001), é dentro deste quadro político, social e econômico que a Educação Física tem sua gênese e já no século XIX chega aos foros científicos com seu conteúdo médico-higiênico e com sua forma disciplinar, voltada ao corpo biológico, para poder moralizar a sociedade, além de melhorar e regenerar a raça.

Cumprirá, ainda, outros objetivos e, dentre eles, um fundamental: garantir o vigor físico dos trabalhadores para o avanço do capital. Era preciso adestrar o trabalhador e

o seu corpo, desenvolver-lhe o vigor físico desde cedo, discipliná-lo para o bom desempenho na sua função de produção e reprodução do capital.

Muitas instituições sociais contribuíram para a disciplinarização da classe trabalhadora e da mesma forma que instituiu políticas de saúde para assegurar uma vida sem doenças nem misérias à população, a burguesia também instituiu políticas de educação, como mais uma expressão higienista para completar o cerco do trabalhador.

“O exercício físico vai sendo constituído a partir de conceitos médicos, contribuindo, particularmente no âmbito da Instituição Escolar, para veicular a idéia da saúde vinculada ao corpo biológico, corpo a-histórico, não determinado pelas condições sociais”. (Soares, 2001, p. 34)

A Educação Física construída por uma sociedade naturalizada e biologizada, será então tomada como uma educação do físico e associada diretamente à saúde do corpo biológico e, já no seu nascedouro, estará submetida ao domínio dos médicos, pois estes, imbuídos da certeza de que detinham maior competência para redefinir os hábitos da família moderna, não poderiam deixar de influenciar de maneira decisiva o referencial de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da Educação Física.

Para colocar em prática estas políticas institucionais, é feita a extensão da escolarização primária como um dos mecanismos privilegiados para o controle das formas de pensamento e de ação do corpo social. Dentro da escola, ganha espaço a Educação Física (ginástica) como elemento da educação, conteúdo do pensamento médico e pedagógico. A ginástica, desde o século XVIII, foi introduzida na escola com um tom de laicidade pelo conteúdo curricular, uma vez que passava a tratar do corpo (um território até então proibido pelo obscurantismo religioso). Porém, apesar da laicidade, ao analisar o olhar que foi dirigido ao corpo, deparamo-nos com seu caráter conservador e utilitário. O estudo do corpo dos indivíduos passa a ser compreendido como importante instrumento da produção e passa a ser rigorosamente organizado sob a luz das ciências biológicas. “*Dentro deste quadro, a Educação Física irá se constituir a partir de um conceito anatomofisiológico do corpo e dos movimentos que este realiza e seu contexto irá apoiar-se na idéia de regeneração da raça, fortalecimento da vontade, desenvolvimento da moralidade e da defesa da pátria*”. (Soares, 2001, pg. 49).

Como se vê, se, por um lado, o espaço dado à Educação Física representa um avanço para a educação (laicização das práticas corporais), por outro, representa a disciplinarização do movimento, sua *domesticação*. Esse espaço configurará como mais um canal absolutamente dominado pela burguesia para veicular o ‘seu’ modelo de corpo, de atividade física, de saúde, enfim, a sua visão de mundo.

“A Educação Física, filha do liberalismo e do positivismo, deles absorveu o gosto pelas leis, pelas normas, pela hierarquia, pela disciplina, pela organização da forma. Do liberalismo, forjou suas regras para os esportes modernos sugerindo a todos a ganhar o jogo e vencer na vida pelo esforço. Do positivismo absorveu, com muita propriedade, sua concepção de homem como ser puramente biológico e orgânico, ser que é determinado por caracteres genéticos e hereditários, que precisa ser adestrado e disciplinado. Um ser que se avalia pelo que resiste”. (Soares, 2001, pg. 50)

Sempre vinculada à saúde biológica, a Educação Física será protagonista de um projeto maior de higienização da sociedade colocando o corpo como referência

fundamental do desenvolvimento das práticas sociais. É assim que ela começa a ser veiculada como uma necessidade, passando a integrar o conjunto de normas que tratam dos cuidados com o corpo, dotado de poderes capazes de resolver os problemas colocados pela sociedade industrial.

A Educação Física brasileira

O surgimento da Educação Física no Brasil teve relação direta com as necessidades econômicas impostas pelo capitalismo central. Ela confundiu-se, em muitos momentos, com a história das instituições médicas e a história das instituições militares no período de 1850 à 1930. Para Oliveira (1994), a utilização da Educação Física no Brasil se fez para construir homens fisicamente fortes e saudáveis, aptos à defender a pátria e a viabilizar a construção da nação.

Carmem Lúcia defende que a Educação Física brasileira, em sua intervenção na realidade educacional e social, teve como influência privilegiada o discurso médico higienista que, como vimos, traduz-se como sinônimo da saúde física e mental, como promotor da saúde, como regenerador da raça, das virtudes e da moral. Argumenta a autora que, a partir dos conhecimentos e das teorias gestadas no mundo europeu, os médicos desenharam um outro modelo para a sociedade brasileira e contribuíram para a construção de uma nova ordem econômica, política e social. A necessidade de se construir um novo homem se fez também no Brasil. Na verdade, cria-se uma nova tática de intervenção social a serviço do Estado, no sentido de auxiliá-lo a exercer, de modo mais pleno e eficaz, o seu poder e a Educação Física, assim como a educação escolar e toda a sociedade brasileira serão condicionadas de modo decisivo pelas vertentes higienistas e pelo valor político das ações médicas apoiadas pelo poder do Estado. (Soares, 2001, pp. 70-71).

Do ponto de vista histórico, é no Brasil colonial que as questões relativas à saúde, à higiene, ao corpo dos indivíduos, começam a fazer parte das preocupações das elites dirigentes. Desenvolver ações pedagógicas na sociedade por meio da ginástica viabilizariam, de modo eficaz, a política das elites ou a política familiar entabulada pelos médicos higienistas. Com isso, foi reforçado o racismo e o homem em relação à mulher. desencadeou-se um processo de eugenia da população brasileira com o discurso que afirmava o *“caráter irracional, bárbaro e primitivo dos negros, além de sua inferioridade”*.

Tal qual havia acontecido na Europa, insere-se, no Brasil, o controle familiar higienista por meio de uma política de controle populacional. Tal política objetivava estabelecer um equilíbrio de forças entre a população branca e a população negra implementando uma educação que valorizasse os elementos culturais e sociais da elite dirigente branca. Esta educação das elites associava a educação física à educação sexual, transformando homens e mulheres em reprodutores potenciais e vigilantes da pureza de sua própria raça. Com isso se garantia *“a procriação e o aprimoramento da raça”*. Segundo Soares (2001), é neste momento que a Educação Física passa a ser valorizada no Brasil tendo os médicos para reforçar sua importância na ‘obtenção de uma vida mais longa e mais feliz’.

Já Lino Castellani (1988), em sua obra *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*, deter-se-á na análise da influência das instituições militares na

constituição da Educação Física brasileira. Para ele, a história dessa está diretamente vinculada com a história das instituições militares no Brasil. Foram as instituições militares aquelas que mais se mostraram sensíveis à influência da filosofia positivista. Por ser entendida como elemento de extrema importância para o forjar do indivíduo forte, saudável e indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país, passa a ser entendida como a educação do físico e da saúde corporal. É clara, portanto, a remissão ao higienismo. Militarismo e higienismo, portanto, forjaram a Educação Física brasileira, em suas origens. Claro que com o passar do tempo, algumas coisas foram se modificando em relação à gênese dessa área.

Castellani irá destacar que, no período do Estado Novo, a política educacional teve como substância a exaltação da nacionalidade, desvinculando do pensamento pedagógico a reflexão sobre a sociedade e acentuando a conservação social. Em face disso, numa importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial do país, a Educação Física, vinculada ao processo educacional em geral, será um forte mecanismo para a consolidação da ideologia do Estado Novo. O autor argumenta que tivemos, nesse período, uma Educação Física que poderia ser chamada de ‘militarização do corpo’.

Embora, em seu desenvolvimento, seus objetivos tenham se modificado, tais objetivos não foram contraditórios com seus fundamentos originários (cuja base teórica se encontra no positivismo).

Se por um lado a promoção da disciplina moral e do adestramento físico da juventude brasileira impunham-se em razão da preocupação com a defesa da nação, por outro, sua razão se afinava com a necessidade sentida de condicioná-la ao cumprimento de seus deveres com o desenvolvimento econômico brasileiro. A Educação Física, portanto, foi contemplada como sendo matéria obrigatória nos estabelecimentos de ensino, buscando atender ao seu preceito constitucional que almejava o adestramento físico do indivíduo necessário ao cumprimento de seus deveres para a economia. Se os cuidados com a formação de mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada era a justificativa maior da presença da Educação Física no sistema oficial de ensino, fora dele, sua ação era orientada para a manutenção e recuperação da força de trabalho do operariado. Contribuía assim, para a extensão do controle sobre o trabalhador, além de seu tempo de trabalho, incorporando nas suas esferas de ação, inclusive, o tempo de não-trabalho do operário, ou seja, o seu “tempo livre”. Castellani (1988).

Como vimos, portanto, tanto na Europa, quanto no Brasil, a Educação Física surgiu como uma área conservadora, com suas finalidades vinculadas aos interesses da burguesia e com seus fundamentos baseados na visão positivista de ciência. Cumpriu importantes objetivos a ela atribuídos pela burguesia como os de preparar mão-de-obra para a indústria e generalizar a visão positivista de ciência. Ao cumprir este último desígnio, desenvolveu, tanto na Europa quanto no Brasil, uma visão de corpo naturalizada, a-histórica e conservadora, própria da maneira positivista de pensar.

Referências Bibliográficas

- CASTELLANI, L.** Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas,SP: Ed. Papyrus, 1988.
- COSTA, M.C.C.** Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.
- DAOLIO, J.** Da cultura do Corpo. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- DOBB, M.** A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Escritores, 1963.
- GONÇALVES, M. A. S.** Sentir, Pensar e Agir – corporeidade e educação. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- HUNGARO, E. M.** Trabalho e Essência Humana. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1991. (mimeo.)
- LOWY, M.** Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 11º. ed - São Paulo: Cortês, 1996.
- MARX,K. e ENGELS,F.** Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortês, 1998.
- MEDINA, J.P.** A Educação Física Cuida do Corpo...e “mente”. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1990.
- MEDINA, J.P.** O Brasileiro e seu corpo. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1990.
- OLIVEIRA, V.M.** Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1994.
- SOARES, C.L.** Educação Física: raízes européias e Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.